



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

INTERVENÇÃO DE EDUARDO FERRO RODRIGUES,

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

CONFERÊNCIA “INOVAÇÃO E CONHECIMENTO”

SALA DO SENADO – 8 JANEIRO 2019

Em boa hora tomou a Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Definição da «Estratégia Portugal 2030» a iniciativa de promover a Conferência Inovação e Conhecimento, à qual prontamente me associei, aceitando o convite que me foi endereçado pelo seu Presidente, Deputado João Paulo Correia, para nela proferir uma intervenção.

O que faço com a maior satisfação.

Por duas ordens de razão.

Em primeiro lugar, porque esta não é uma Conferência qualquer.

Ela acontece depois de a Comissão Eventual levar a efeito 37 Audições (a Comissários Europeus, a Deputados ao Parlamento Europeu, a Membros do Governo, a Entidades e Instituições Nacionais e Europeias, e seus Representantes), e depois de concretizar 5 Audições Públicas sobre as mais variadas áreas do conhecimento e em vários pontos do País (Vila Real, Leiria, Covilhã, Évora e Faro) e, ainda, uma conferência na Região Autónoma da Madeira – testemunhando as vantagens do Parlamento descentralizar os seus trabalhos.

Creio não errar ao afirmar que é, assim, o culminar de meses de trabalho, prosseguindo uma linha condutora, sólida e consistente, de auscultação de todos os setores da sociedade, de recolha dos seus contributos, visando robustecer o contributo da Assembleia da República para este debate estratégico nacional.

Em segundo lugar, pelo tema escolhido para esta reflexão, a Inovação e o Conhecimento, domínios centrais no desenho do novo Quadro Financeiro Plurianual.

Com a vantagem de serem analisados sob três grandes prismas (Potencial Nacional e Regional, Infraestruturas e Instrumentos – Necessidades Futuras e Transferência do Conhecimento para a Criação de Valor Económico, Social e Cultural) e com os contributos de um vasto leque de especialistas de reconhecido mérito.

E, claro está, com a leitura, sempre rica e diversa, dos Grupos Parlamentares.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Como creio resultar claro das minhas palavras, esta não é uma Conferência qualquer.

Quando, há pouco menos de um ano, dei posse a esta Comissão Eventual – cuja constituição foi aprovada, de forma unânime, por todas as forças políticas com assento na Assembleia da República – , tive ocasião de recordar o carácter absolutamente central da definição da «Estratégia Portugal 2030», no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual da União Europeia pós-2020.

Tive igualmente oportunidade de referir não vislumbrar nenhuma razão para que estes temas estratégicos – que, pela sua natureza, vão além das legislaturas –, não possam ser acolhidos pelo Parlamento num quadro de diálogo alargado.

Exercido internamente (Grupos Parlamentares, Comissões Parlamentares), mas também com a sociedade e com outros órgãos de soberania.

Esta Conferência é a prova de que esse diálogo é possível, e de que deve prevalecer em torno destes e de outros grandes temas, porque dizem respeito ao futuro de Portugal.

Se o Tratado de Lisboa trouxe poderes reforçados aos Parlamentos Nacionais nos processos de acompanhamento democrático dos assuntos europeus, então bem podemos dizer que estamos hoje a exercer plenamente esses poderes que nos foram conferidos.

Ao trazer para a discussão um dossier estratégico para Portugal como este, e ao debruçar-se sobre questões tão diversas como a formação, a qualificação e a capacitação dos Portugueses, a ligação biunívoca entre Instituições de Ensino Superior e Empresas, o papel do Estado e do Setor Privado no desenvolvimento da Ciência ou da Cultura, a Assembleia da República exerce em pleno as suas competências.

Porque, ciente dos principais desafios e oportunidades com que Portugal e os Portugueses se confrontam, e não se limitando ao acompanhamento que lhe é exigido, o Parlamento vai mais além, oferecendo o seu contributo – democrático e plural –, sobretudo nas áreas que considera prioritárias, para a definição de uma Estratégia que será decisiva para o nosso futuro coletivo.

Para que o projeto europeu seja forte e coeso, precisa de ser cada vez mais democrático, e marcado por mais competitividade, por mais investimento, maior igualdade de oportunidades, por mais melhor justiça.

É disso que falamos quando falamos de Portugal 2030.

A negociação do próximo Quadro Financeiro Plurianual, que deverá ficar fechado no final do próximo ano, constitui a melhor ocasião de traduzir em atos a afirmação de tais objetivos, que são do interesse de todos os europeus.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

A começar por nós, Portugueses.

É que, quando falamos do Portugal 2030, estamos a falar de eixos estratégicos incontornáveis, como a inovação e o conhecimento, um eixo da maior importância.

Portugal deu nas últimas décadas um passo de gigante nestas áreas, nomeadamente no grande domínio da Ciência.

É impressionante a evolução em matéria de publicações e artigos científicos, de patentes, de centros de excelência, enfim, em todos os indicadores científicos relevantes.

A este propósito, não será demais recordar o papel aqui desempenhado pelo saudoso José Mariano Gago.

Se nestes anos mais recentes, Portugal conseguiu tão rapidamente dar a volta, recuperando crescimento e emprego, foi precisamente porque tínhamos feito o trabalho de casa, preparando os nossos recursos humanos, a nossa Administração Pública, as nossas infraestruturas e as nossas empresas para os desafios exigentes da globalização.

Estamos de novo a crescer e a crescer de uma maneira diferente do passado.

Menos à custa do investimento público e da construção civil e mais por via das exportações e dos serviços.

Por via do conhecimento.

E se outras economias não estão paradas, e se a competição é feroz, é preciso continuar a fazer esse trabalho de casa.

Apesar do caminho feito, continuamos a ter défices de qualificação das pessoas, das empresas e dos territórios.

Perante a quarta revolução industrial que se avizinha, assente na robótica e na automação, os trabalhadores portugueses estão entre os mais vulneráveis da União Europeia.

Temos de nos preparar para esta transição, quer do ponto de vista da proteção social, quer, acima de tudo, através da formação profissional, da inovação e da ciência.

É absolutamente central o aprofundamento da ligação das universidades e dos centros de investigação às empresas.

Precisamos de mais incorporação tecnológica nos nossos produtos: só assim poderemos aumentar a produtividade e a massa salarial de forma sustentável.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Temos bons exemplos de excelência, mas importa que a inovação ganhe escala em Portugal.

Estamos cada vez mais voltados para o exterior.

Somos uma economia aberta, vulnerável a choques externos.

Veremos na próxima semana como o Parlamento Britânico vota o Acordo para o Brexit.

É uma saída que terá sempre custos para o quadro de financiamento da União Europeia.

E poderá ter custos bem maiores se essa saída se fizer de forma desordenada.

Veremos também o quadro político que sairá das próximas Eleições Europeias.

A envolvente externa não a controlamos.

Faremos sempre o que estiver ao nosso alcance para promover a estabilidade europeia e a segurança global, mas concentremo-nos, acima de tudo, naquilo que depende apenas de nós.

E uma coisa podemos ter como certa: independentemente das turbulências externas, o sucesso económico assentará necessariamente numa aposta cada vez mais ambiciosa no Conhecimento e na Inovação.

Termino, agradecendo a vossa presença na Assembleia da República e fazendo votos de um ano de 2019 bom para Portugal, para a Europa e para cada um de nós.

Muito obrigado.